



## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90009/2026**

**1.** O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, por meio da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ nº 16.102.141/0001-55, com sede na Rua Paulo de Frontin, nº 164, bairro Centro, município de Barra do Piraí, na qualidade de ORGÃO GERENCIADOR, torna público que, devidamente autorizada pela Secretária de Assistência Social, Sra. Marina Viola Tinoco, na forma do disposto no processo administrativo n.º 020310000070/2025, fará realizar, **no dia 26 de maio de 2026 às 14:00 horas**, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, para Registro de Preços, que se regerá pela Lei Federal nº 14133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais e do disposto no presente edital..

### **1.0– DA SESSÃO PÚBLICA.**

**1.1.1.** A sessão pública será realizada no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Data da realização do Pregão	<b>26</b>	<b>05</b>	<b>2026</b>	<b>14:00</b>
Critério de Julgamento	Menor preço por item			
Prazo para impugnação/Esclarecimento	<b>20/05/2026</b>			
Data da publicação	14/05/2026			
Número da licitação no portal	<b>90009/2026</b>			

**1.2.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **2- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**2.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na



aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) ou pelo e-mail: [licitacao@barradopirai.rj.gov.br](mailto:licitacao@barradopirai.rj.gov.br).

**2.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**2.3.** O Pregoeiro, auxiliado do setor técnico responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidirá sobre a impugnação do certame.

**2.4.** Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### **3- DO OBJETO**

3.1 O Objeto do presente certame é a provável fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO - LANCHE, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Conselho Tutelar do Município de Barra do Piraí/RJ, a serem utilizados nas atividades institucionais, tais como reuniões, capacitações, oficinas, eventos, atendimentos coletivos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

### **4- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**4.1** O prazo de entrega dos itens é de 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento do empenho pela empresa selecionada.

**4.2** O objeto deverá ser entregue conforme item 7, do termo de Referência.

### **5- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1** Estima-se o valor total em **R\$ 159.112,68 (cento e cinquenta e nove mil, cento e doze reais e sessenta e oito centavos)**

**5.2** Os recursos necessários para contratação correrão pela seguinte dotação:

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
A			
03.30	08.244.3014.1530	3.3.90.30.00	1500
03.30	08.244.3014.1531	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1532	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1533	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1535	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1536	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1537	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1538	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
20.15	14.422.1003.2029	3.3.90.30.00	1500

## 6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**6.1** Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**6.2** Será permitida a **participação de empresas reunidas em consórcio**, nos termos do art. 15 da **Lei nº 14.133/2021**.

**6.3** Não poderão participar deste pregão:

**6.3.1.** Impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra do Piraí, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

**6.3.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

**6.3.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**6.3.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**6.3.5.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**6.3.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**6.3.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**6.3.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## **7. CREDENCIAMENTO**

**7.1.** Para participar do pregão o licitante deverá se credenciar até o horário fixado no tópico 1.1.1 deste edital no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**7.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

**7.1.2.** O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para

realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**7.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Barra do Piraí, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **8- ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**8.1.** A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente **encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias.**

**8.2.** A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**8.3.** Na formulação da proposta o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**8.4.** A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

**8.5.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**8.6.** Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**8.7.** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**8.8.** A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**8.9.8** Poderá o Agente de Contratação convocar mais de uma empresa por vez, para apresentar sua proposta e prova de exequibilidade, quando os preços ofertados apresentarem indícios de inexequibilidade, afim de dar celeridade ao andamento do certame.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**9.1.** A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no Site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**9.2.** Ocorrendo Ponto Facultativo ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste certame na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**9.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**9.4.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

## **10 - FORMULAÇÃO E ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES**

**10.1.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

**10.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**10.3.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, será de **R\$ 0,50 (cinquenta centvos)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (caso informado)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.5.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

**10.6.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10(dez) minutos** a Sessão do Pregão Eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

**10.8.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios elencados no artigo 60, da Lei 14133/21.

## **11. DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP**

**11.1.** A obtenção de **benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

**11.1.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da forma indicada abaixo.

**11.1.2.** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de **05 (cinco) minutos**, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

**b)** caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito;

**c)** na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

**11.2.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**11.3** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.4** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e Trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de

eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**11.5** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

## **12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** O julgamento obedecerá ao critério de **menor preço**.

**12.2.** Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**12.3.** A negociação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**12.4.** Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo e se houver indícios de que se encontra dentro dos valores praticados no mercado, excepcionalmente o pregoeiro poderá suspender a sessão pública do pregão para a realização de nova pesquisa de mercado.

**12.5.** A nova pesquisa de mercado será submetida ao pregoeiro, o qual decidirá fundamentadamente em:

**12.5.1** Retornar à sessão mantendo-se incólumes os atos praticados, se considerar que a nova pesquisa de preços não destoou dos valores anteriormente informados na pesquisa de preços, mantendo a recusa das propostas; ou

**12.5.2** Submeter o resultado da pesquisa à Autoridade Competente para que este decida sobre a possibilidade de aceitação de proposta(s) com base na nova pesquisa de preços efetuada, se considerar que, de fato, houve elevação superveniente dos preços.

**12.6.** Obtida a autorização tratada no subitem anterior, o pregoeiro retornará à sessão pública para efetuar nova negociação com o licitante mais bem classificado.

**12.7.** Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do estimativo, considerando a nova pesquisa de mercado constante no tópico 12.4, caso seja realizada.

## **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação.

**13.2.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste edital e anexos.

**13.3.** A verificação de conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**13.4.** Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Comissão.

**13.5.** A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

## 14. DA AMOSTRA

**14.1.** A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Será exigida apresentação de amostra, a mesma deverá ser apresentada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Paulo de Frontin, nº 164 – Centro Barra do Piraí – RJ – CEP: 27.123.120, de segunda à sexta – feira, entre os horários de 09h às 16h, sob pena de desclassificação após solicitação feita no site comprasgov e no prazo de 2 (dois) dias úteis.

## 15. DA HABILITAÇÃO

**15.1** Os licitantes vencedores deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

### **15.1.1 Habilitação Jurídica:**

**15.1.1.1** Para fins de **comprovação da habilitação jurídica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b)** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d)** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) no caso de exercício de atividade: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei 14.133/21.

h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

i) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012

j) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**15.1.1.2** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **15.1.2 Qualificação Técnica**

**15.1.2.1** Para fins de **comprovação da qualificação técnica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**15.1.2.1.1** Os licitantes deverão apresentar, para fins de comprovação da qualificação técnica, **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado.

**15.1.2.1.2** A Administração poderá promover diligência, nos termos da legislação vigente, para verificar a veracidade das informações prestadas, podendo solicitar documentos complementares que comprovem a execução do objeto, tais como contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento ou outros documentos pertinentes.

**15.1.2.1.3** A exigência ora estabelecida visa assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia mínima compatível com a complexidade e dimensão do objeto, resguardando o interesse público e a adequada execução contratual.

### **15.1.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**15.1.3.1** Para fins de **comprovação da regularidade fiscal e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
  - c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
  - c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa,

ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.3) Fazenda Municipal:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

**d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**e)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

### **15.1.4 Habilitação Econômico-Financeira:**

#### 15.1.4 Habilitação Econômico-Financeira

15.1.4.1 Para fins de comprovação da Habilitação Econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedidas pelos distribuidores da sede do licitante.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) Os documentos referidos na alínea “c” do tópico 15.1.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

e) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

f) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 02(dois) por cento do valor total estimado da contratação ou do item pertinente., consoante art. 69, § 4º da Lei nº 14.133 de 2021.

g) No caso de consórcio, será exigido um acréscimo de 10(dez) por cento sobre o valor exigido de licitante individual, para a habilitação econômico-financeira, com exceção dos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

## **16 Documentação Complementar**

**16.1.** Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos, desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.(ANEXO VI)

**16.2** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas,

nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (ANEXO VII)

**16.3** Declarações de Inexistência de Penalidade (ANEXO VIII) e de Requisitos de Habilitação (ANEXO IX).

**16.4** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas. (ANEXO X)

**16.5** Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, será exigida a declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo quarto parágrafo segundo da Lei 1433/2021 e item 11.1 do edital. (ANEXO XI).

## **17. PRAZO PARA ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO NO SITE COMPRASNET.GOV.BR**

**17.1** A empresa vencedora do certame terá o prazo de **até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, à critério da Administração, **para anexar ao site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) a proposta realinhada, sob pena de desclassificação, e os documentos exigidos para habilitação, sob pena de inabilitação, independente do seu cadastramento via SICAF.**

**17.2** *A documentação anexada ao site, deverá estar com validade na data do certame.*

**17.5** A prorrogação de que trata o **item 17.1**, deverá ser solicitada via chat do sistema [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) e a mesma será analisada pela administração.

**17.6** O **Pregoeiro** poderá solicitar, a apresentação do original dos documentos ou declaração de autenticidade por advogado, para conferência de autenticidade das cópias.

## **18 DOS RECURSOS**

**18.1.** Caberá recurso em face de:

**18.1.1** julgamento das propostas;

**18.1.2** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**18.1.3** anulação ou revogação da licitação.

**18.2.** Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

**18.2.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

**18.2.2.** A apreciação se dará em fase única.

**18.2.3.** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

**18.2.4.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**18.2.5.** Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

**18.2.6.** O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

**18.2.7.** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

**18.2.8.** Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de



recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

**18.2.9.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.2.10.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **19- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado a autoridade superior que irá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**19.2** Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**19.3** A contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo IV – Minuta de Contrato), emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.

**19.4** Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, atendendo nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**19.5** Uma vez o licitante vencedor convocado, por escrito, para assinatura do Contrato, o mesmo deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das



sanções previstas neste edital.

**19.6** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar e negociar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições propostas pelo licitante vencedor.

**19.7** Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou da assinatura da ata de registro de preços ou da emissão da nota de empenho, será verificado se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

## **20 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**20.1** É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

**20.2** A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**20.3** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

**20.4** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**20.5** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**I - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado**

serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**II** - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**20.5.1** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**I** - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**II** - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**20.6** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**I** - descumprir as condições da ata de registro de preços;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**IV** - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**20.6.1** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**20.7** O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**I** - por razão de interesse público; ou

**II** - a pedido do fornecedor.

**20.8** Poderá ocorrer o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

**20.9** No caso de formalização de instrumento contratual, sua vigência será de 05 (cinco) anos contados a partir da publicação, no Diário Oficial Eletrônico e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme artigo 106 da Lei 14133/2021.

## **21 DA GARANTIA**

**21.1** Não será exigida garantia de execução contratual.

## **22- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**22.1** A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxx, agência: xxxxx, banco: xxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

**22.2** A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal/fatura, para pagamento a **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí**, acompanhada da documentação de comprovação de Regularidade Fiscal.

**22.3** O prazo para pagamento será em até **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, com o devido atesto da(s) Nota(s) Fiscal (ais).

**22.4** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**22.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**22.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA ou outro que substitua** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**22.7** A forma de pagamento será **conforme termo de referência**.

**22.8** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**22.9** O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base o índice **IPCA ou outro que substitua** em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**22.10** No caso de serviço contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra ou com predominância de mão-de-obra, serão repactuados, para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, conforme o artigo 135 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **23 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**23.1** O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

**23.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**23.3** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- b) Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas do subitem **22.1**, consoante ao art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/21;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 22.1 letras b, c, d, e, f, g, deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 22.1 letras h, i, j, k, l, bem como nas infrações dos subitens 22.1 letras b até g que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**23.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**23.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**23.6** A aplicação das sanções previstas neste Edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**23.7** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**23.8** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**23.9** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**23.10** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**23.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**23.12** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste edital.

## **24 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**24.1** O objeto do contrato será recebido:

I – em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**24.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto da Ata de Registro de Preços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução da Ata.

## **25 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**25.1** Na execução do contrato, oriundos das atas de registro de preços, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

## **26 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1** Compete à autoridade superior anular este pregão por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, e revogar o certame por considera-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**26.2** A anulação do pregão induz à da ata de registro de preços.

**26.3** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**26.4** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**26.5** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**26.6** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

**26.7** Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Barra do Piraí/RJ.

**26.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**26.9** Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Barra do Piraí/RJ, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso forense.

**26.10** Durante a vigência do contrato, oriundo da ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**27.11** Acompanham este edital os seguintes anexos:

Estudo Técnico Preliminar;

Análise de Risco;

Termo de Referência

Proposta de Preços;

Minuta de Ata de Registro de Preços

Minuta de Contrato;

Modelo de Declaração de Trabalho de Menores;

Modelo de Declaração de Custos Trabalhista;

Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade;

Modelo de Declaração de Requisitos de Habilitação.

Modelo de Declaração Reserva de cargos.

Modelo de Declaração Benefícios art. 42 a 49 da Lei C. 123/2006;

Tabela de Preços Unitários (estimados) ;

**27.12** No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, ela será remarcada para prosseguimento dos trabalhos, para o próximo dia útil.

**27.13** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**27.14** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com o auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

## **28 – DO FORO**

**28.1.** O foro da Comarca do Município de Barra do Piraí-RJ é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Barra do Piraí/RJ, 13 de maio de 2026

---

Lucas Latini

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - 02/2026/FMAS

### **I. INTRODUÇÃO**

O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, enquanto executor dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial no âmbito do Município de Barra do Piraí/RJ, desenvolve ações continuadas que envolvem reuniões, capacitações, oficinas, eventos institucionais e atendimentos coletivos e familiares, realizados tanto nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social quanto no Conselho Tutelar.

Tais atividades demandam permanência prolongada dos usuários, servidores, conselheiros e demais participantes, muitos dos quais se encontram em situação de vulnerabilidade social e residem em localidades distantes dos equipamentos públicos. Nesse contexto, a oferta de lanches configura medida de apoio essencial ao adequado acolhimento, à permanência e à efetiva participação do público atendido, contribuindo para a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados.

Diante disso, mostra-se necessária a contratação para o fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO – LANCHE, de forma a garantir suporte logístico às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Tutelar, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção social e do interesse público.

### **II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

#### **II.1) A Necessidade da Contratação:**

A necessidade de aquisição de lanche aos usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social. Em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (lei 8.742/93), que fala, entre outras coisas, sobre a Assistência Social possuir o objetivo de proteção social.

A Secretaria, por meio de suas unidades, mantém serviços de Proteção Social Especial e Proteção Social Básica, atendendo uma demanda grande de usuários que diariamente utilizam os serviços ofertados pelos 9 equipamentos desta unidade, e consequentemente participam de reuniões ordinárias e fazem uso dos lanches oferecidos.

#### **II.2) O Problema a ser Resolvido:**

São realizadas reuniões diárias, ensejando necessidades próprias de alimentação, a serem supridas, sendo a Secretaria Municipal de Assistência Social executora dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, atendendo a uma vasta gama de usuários, os quais geralmente vivem situações de vulnerabilidade social, visto que muitas das reuniões tem uma longa duração e na maioria das vezes os usuários moram longe dos equipamentos.

#### **II.3) O Interesse Público na contratação:**

Visando o interesse público na oferta de lanche aos usuários e para consumo em todas as suas unidades de atendimento (equipamentos) da Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de melhorar a qualidade e o acolhimento nos atendimentos, com base no artigo 2º, inc. I, da lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social). A oferta de lanches nas reuniões que são feitas semanalmente de forma ordinária nos nove equipamentos desta secretaria possibilita a melhoria do atendimento contribuindo, inclusive, para melhor acolhimento dos participantes nos trabalhos em grupo e atendimentos familiares.

### **III. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais - PCA?

( ☒ ) SIM - Código AQ20      ( ☐ ) NÃO

A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARI A	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
03.30	08.244.3014.1530	3.3.90.30.00	1500
03.30	08.244.3014.1531	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1532	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1533	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1535	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1536	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1537	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1538	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
20.15	14.422.1003.2029	3.3.90.30.00	1500

#### IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

**IV.1)** Os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, a serem adquiridos, possuem padrões de desempenho e qualidade, que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

**IV.2)** Os produtos que compõem os **MATERIAIS DE CONSUMO- LANCHE**, devem atender as qualificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

**IV.3)** Não será exigido qualificação técnica.

**IV.4)** A aquisição de **MATERIAIS DE CONSUMO- LANCHE** serão efetuados sob demanda, após nota de empenho, emitida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A contratada deverá prever todo o serviço logístico necessário para entrega.

**IV.5)** A provável aquisição será utilizada Ata de Registro de preços, com vigência de 12 (doze) meses, podendo prorrogar por igual período sendo comprovado o preço mais vantajoso.

**IV.6)** O Objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes em Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação da EMPRESA VENCEDORA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**IV.7)** Em caso de verificação de algum tipo de irregularidade, todo o material será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis

**IV.8)** O recebimento da mercadoria não desobriga a EMPRESA VENCEDORA de substituí-la, caso constatado, posteriormente, má qualidade ou defeito, ficando sujeita às penalidades previstas na legislação aplicável.

**IV.9)** É reservado, ao requisitante, o direito de recusar o recebimento da mercadoria que não atenda às especificações exigidas, que se apresentar visivelmente violada, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade.

**IV.10)** Os Itens serão solicitados conforme detalhamento em requisições, assinada pela



Coordenação da Unidade, de acordo com as necessidades do equipamento.

**IV.11) Os MATERIAIS DE CONSUMO- LANCHE** deverão ser entregues, conforme solicitação, no seguinte local:

**\*\*SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situada na Rua Paulo de Frontin, 164 - Centro - Barra do Piraí/RJ - CEP: 27123-120, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h as 15h .

**IV.12)** O prazo para entrega não poderá ultrapassar **7 (sete) dias corridos**, a contar da data de empenho.

**IV.13)** Não será exigido apresentação de documentos juntamente à proposta de preços.

**IV.14)** A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Será exigida a apresentação de amostras dos itens, as quais deverão ser entregues no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da solicitação do agente de contratação, no seguinte endereço e horário: Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Paulo de Frontin, nº 164, Centro, Barra do Piraí, no horário de 09h às 16h, telefone 0800 202 1999, ramal 4162.

**IV.15)** O objeto não demandará vistoria prévia.

**IV.16)** Os Itens deverão estar acondicionados, adequadamente, em embalagens apropriadas, que garantam a integridade do produto, especificação de peso, data de fabricação, DATA DE VALIDADE VISÍVEIS.

**IV.17)** No caso de formalização contratual o prazo de vigência contratual será de 12 meses contados a partir da data de assinatura, não haverá prorrogação contratual.

**IV.18)** No caso de formalização contratual haverá previsão de reajuste conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado adotando com base o índice IPCA, IGPM ou outro que substitua, em conformidade a realidade de mercado dos respectivos insumos.

## **V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE. FUNDO	QTDE. CONSELHO TUTELAR	QTDE. TOTAL
1.	AÇUCAR CRISTAL 1KGL - 1493768	Açúcar cristal 1kg/l branco, puro e natural, embalado em sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. Catmat 463998.	KG	80	-	80
2.	COCO RALADO - 1494031	Coco Ralado Desidratado Adoçado; Tipo médio ou fino,	KG	20	-	20

		com teor de gordura adequado para culinária; Flocos ou fios brancos, limpos, uniformes, sem cascas ou impurezas; característico de coco, fresco, sem ranço ou odores estranhos; Pacotes selados a vácuo ou com atmosfera modificada, em material atóxico e resistente, com peso líquido especificado (ex: 50g, 100g, 1kg), identificados com dados de fabricação e validade. (Catmat 427816).				
3.	AMEDOIM (500GR) - 1493736	Amendoim – 500 g – tipo torrado e/ou cru  Produto alimentício à base de amendoim ( <i>Arachis hypogaea</i> ), podendo ser torrado ou cru, com ou sem sal, isento de umidade excessiva, mofo, insetos ou sinais de deterioração, atendendo às normas sanitárias vigentes. (Catmat 321294)	KG	15	-	15
4.	DOCE (GOIABADA) - 1493598	Doce de goiabada – 600 g – tipo tradicional ou firme  Produto alimentício elaborado à base de polpa de goiaba, açúcar e conservantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar coloração característica, textura firme e homogênea, sabor típico da fruta, sem sinais de deterioração, mofo ou alteração física. Acondicionado em embalagem íntegra, lacrada e adequada. (Catmat 487591).	KG	10	-	10
5.	CORANTE - 1496029	Corante comestível – líquido ou em gel – cores variadas  Produto alimentício destinado	UN	25	-	25

		à coloração de alimentos, preparado com corantes aprovados pela legislação sanitária vigente (Anvisa), seguros para consumo humano. Deve apresentar coloração intensa, homogênea e estável, sem odor ou sabor indesejado, e livre de contaminantes. (Catmat 440566).				
6.	PÃO DE FORMA - 1500639	<p>Pão de forma – pacote padrão (aprox. 500 g) – tipo integral ou branco</p> <p>Produto de panificação industrializado, elaborado com farinha de trigo, água, fermento biológico, sal, açúcar e gordura, podendo conter conservantes e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar massa macia, textura homogênea, sabor característico e ausência de sinais de ressecamento, mofo ou deterioração. (Catmat 620868).</p>	PCT	70	-	70
7.	ACHOCOLATADO - 1500170	<p>Achocolatado líquido – 200 ml – tipo pronto para consumo</p> <p>Bebida à base de leite integral, leite desnatado ou bebida láctea, açúcar, cacau e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente, podendo conter vitaminas e minerais adicionados. Deve apresentar sabor e aroma característicos, textura homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 484189)</p>	CX	300	-	300
8.	PAÇOCA - 1494005	Paçoca – 500 g – tipo tradicional ou similar	KG	15	-	15



		Produto alimentício à base de amendoim, açúcar e sal, podendo conter aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar sabor característico, textura firme e homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 477858)				
9.	DOCE DE AMENDOIM CX C/50 - 1494023	Doce de amendoim – caixa com 50 unidades  Produto alimentício à base de amendoim torrado, açúcar e/ou xarope de glicose, podendo conter conservantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar sabor característico, textura firme, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. Acondicionado individualmente, com embalagem íntegra e lacrada, acondicionado em caixa com 50 unidades. (Catmat 462652)	CX	15	-	15
10.	PANETONE - 1493971	Panetone individual – 100g – tradicional ou similar  Produto de panificação industrializado, com massa macia e sabor característico, elaborado com farinha de trigo, ovos, leite, açúcar, gordura, frutas cristalizadas e/ou gotas de chocolate, fermento e aromatizantes permitidos. Acondicionado individualmente em embalagem íntegra e lacrada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade, ingredientes e registro no órgão competente. (Catmat 610525)	UN	120	-	120

11.	BALA SORTIDA - 1494003	Bala sortida - 400gr. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física (Catmat 474370)	KG	15	-	15
12.	PIRULITO - 1493982	Pirulito c/50. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física. (Catmat 483634)	KG	15	-	15
13.	MASSA PARA PASTEL - 1493761	Massa para pastel em disco grande, em embalagem com aproximadamente 500g, sendo embaladas individualmente. Resfriada 4°C. Embalagem: filme pvc transparente ou plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e o sig ou sie do ministério de agricultura.(catmat: 427816)	KG	20	-	20
14.	LEITE EM PO - 1503704	Leite em po, integral, instantâneo, acondicionado em embalagem original com mínimo de 400g. Catmat 459637	KG	15	-	15
15.	SALSICHÃO - 1478501	Salsichão a granel. Produto cárneo industrializado, tipo salsichão/hot dog, elaborado a partir de carnes mecanicamente separadas de	KG	30	-	30

		aves e/ou suínos, adicionado de condimentos, proteínas, estabilizantes e conservantes permitidos pela legislação vigente. (Catmat 615352)				
16.	MILHO VERDE - 1493850	Milho verde em espiga Catmat 462832	UN	300	-	300
17.	AÇUCAR REFINADO PCT DE 1 KG- 1493753	Açúcar refinado, com sacarose mínima de 98,5%, acondicionado em pacote de 1 kg. Deve constar da embalagem ou no laudo a seguinte inscrição: "açúcar refinado". Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses; (catmat: 463996)	KG	1763	40	1803
18.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GR- 1493912	Achocolatado em pó, solúvel, combinado com vitaminas e nutrientes, cálcio, ferro, vitaminas a c, d e vitaminas do complexo b, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 484189)	UN	156	-	156
19.	ADOÇANTE LÍQUIDO 200 ML- 1502773	100% stevia, liquido, frasco com bico dosador, prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 625668)	UN	141	6	147
20.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE 400GR-1493506	Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor leite, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:402544)	UN	1000	250	1250
21.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA	Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor chocolate,	PCT	800	-	800



	SABOR CHOCOLATE 400GR- 1493493	aconicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 460241)				
22.	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÍNIMO 20G PACOTE COM NO MÍNIMO 144 GRAMAS- 1502125	Biscoito salgado sabores: presunto, queijo, original, dois queijos. Embalagem porcionada com 6 pacotes internos de 25g cada. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 390172)	UN	3276	300	3576
23.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR CHOCOLATE 300G- 1502775	Bolo sabor chocolate embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 465634)	UN	718	-	718
24.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR LARANJA 300G- 1502776	Bolo sabor laranja embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 610529)	UN	718	60	778
25.	LEITE NATURAL (CAIXA CARTONADA DE 1L)- 1493927	Leite de vaca, sem adulterações, integral, com mínimo de 3% de gordura ou teor original, líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida uht/ uat (ultra alta temperatura), em caixa cartonada, de 1 litro, validade até 4 meses. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da	L	150	-	150

		agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção. (catmat: 617147)				
26.	MARGARINA POTE DE 500G- 1500174	Margarina com sal, com no mínimo de 65% de lipídios, acondicionada em embalagem de aproximadamente 500g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:463705)	PT	344	60	404
27.	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ TRADICIONAL PACOTE 500G- 1502131	Café em pó homogêneo, torrado e moído, tipo superior, sabor predominantemente arábico, com, no máximo, 20% de grãos tipo conilon/robusta. Embalagem: pacotes de 500g, tipo vácuo, contendo na embalagem a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento. Características químicas (exigidas para cada 100g): umidade máxima 5,0%, resíduo mineral fixo máximo 5,0%, resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% máximo 1,0%, cafeína mínimo 0,7%, extrato aquoso mínimo 25,0%, extrato etéreo mínimo 8,0%, características sensoriais: aroma característico do produto, acidez baixa a moderada, amargor moderado, sabor característico e equilibrado, livre de sabor fermentado, mofado e de terra, adstringência baixa, corpo razoavelmente encorpado. Acondicionado em embalagem a vácuo puro, 500g. (catmat: 463593)	UN	749	100	849
28.	SUCO DE CAJU CONCENTRADO	Suco integral de caju, água, suco concentrado de caju,	FR	624	35	659



	500ML- 1500211	acidulante: ácido cítrico, aroma idêntico ao natural, estabilizantes: goma xantana e celulose microcristalina e conservadores: benzoato de sódio e metabisulfito de sódio. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464758)				
29.	SUCO DE MARACUJÁ NATURAL, INTEGRAL, EMBALAGEM 500ML- 1493481	Suco concentrado de maracujá, sem glúten e sem adição de açúcar, acondicionado em embalagem de aproximadamente 500ml, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464751)	UN	718	35	753

**V.1) Justificativa do Quantitativo solicitado:** O quantitativo ora solicitado repete os mesmos parâmetros da última contratação (Processo administrativo 10953/2023), tendo em vista que o saldo anteriormente contratado atendeu plenamente à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí e suas Unidades durante todo o período de vigência do contrato. Tal repetição se justifica com base na análise do consumo real e efetivo, que demonstrou compatibilidade entre o volume adquirido e a demanda apresentada, assegurando o atendimento adequado sem gerar desperdícios ou a necessidade de suplementações adicionais. Dessa forma, a manutenção do quantitativo anteriormente contratado revela-se adequada, eficaz e economicamente viável, garantindo a continuidade dos serviços e atividades promovidos pela Secretaria, com planejamento e responsabilidade na gestão dos recursos públicos sendo acrescidos apenas os itens que serão utilizados nas oficinas, uma vez que anteriormente não havia essa solicitação. Tal inclusão foi devidamente fundamentada com base nos dados do sistema interno (GESUAS), no qual consta o quantitativo de inscritos, considerando ainda uma margem para novas inscrições.

Informa-se, ainda, que tal solicitação foi fundamentada com base no controle interno do setor de almoxarifado, por meio do sistema da Embras.

## **VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Diante da necessidade apontada neste estudo, conclui-se que a aquisição do lanche oferecido aos usuários, poderia ser gerenciado por execução direta, em regime de autogestão, ou execução indireta por empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Cada uma dessas modalidades apresenta características de demandas e custos específicos.

Foram analisadas contratações similares, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias e/ou inovações, que melhor atendessem às necessidades, não sendo observadas maiores variações quanto à execução do objeto.

Com base nisso e levando em consideração aspectos legais, técnicos e econômicos, conclui-se que a EXECUÇÃO DIRETA visto que a Secretaria conta com pessoas para realizar a montagem dos lanches para reuniões, diante do exposto não seria viável a contratação de uma empresa especializada para servir esses lanches visto que o custo seria maior devido a necessidade da empresa disponibilizar um funcionário o dia todo para cada equipamento para que seja servido o lanche, tendo em vista que as reuniões, atividades e oficinas acontecem em diferentes horários. Considerando aspectos técnicos/econômicos, conforme considerações acima, conclui-se que há viabilidade da aquisição do material, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

**VII.1)** O valor estimado é de **R\$ 159.112,68** (Cento e cinquenta e nove mil, cento e doze reais e sessenta e oito centavos) Os valores unitários referenciais serão incluídos aos autos posteriormente, por meio de mapa de cotação, elaborado com base em levantamento de preços realizado em sítios eletrônicos especializados, no Painel de Preços e fornecedores locais.

**VII.2)** Os valores unitários, referenciais, serão inclusos aos autos, posteriormente, em mapa de cotação.

## **VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

**VIII.1)** A entrega de PRODUTOS, lacrado, embalados, sem violações, dentro dos padrões estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, com marca, procedência e validade de no mínimo 06 (seis) meses.

**VIII.2)** A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que os **MATERIAIS DE CONSUMO- LANCHE** serão solicitados em períodos diferentes, durante a vigência da ata de registro de preço.

**VIII.3)** A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que, nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na provável aquisição.

**VIII.4)** O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Assim, a aquisição mostra-se viável julgamento por Menor Preço.

**VIII.5)** Não será exigida garantia de execução.

## **IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

A provável aquisição será dividida em itens unitários, com vistas a estimular maior disputa, com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo, assim, a ampla concorrência. Acredita-se que tal medida permitirá a maximização do número de fornecedores envolvidos no certame.

## **X. RESULTADOS PRETENDIDOS** (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

Os resultados pretendidos com a aquisição consistem na promoção de oficinas de culinária como instrumento socioeducativo, estimulando a autonomia dos usuários, o desenvolvimento de habilidades práticas, o trabalho em equipe e, potencialmente, a geração de oportunidades futuras de renda. Busca-se, ainda, fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio das atividades coletivas desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), utilizando a culinária como ferramenta de integração, cooperação e socialização. A aquisição também visa assegurar suporte adequado às reuniões e demais ações realizadas nos equipamentos socioassistenciais, bem como aos atendimentos promovidos pelo Conselho Tutelar Municipal, proporcionando um ambiente mais acolhedor e humanizado, que favoreça a escuta qualificada, o diálogo e a permanência dos usuários. Dessa forma, pretende-se ampliar a participação e o engajamento nas atividades ofertadas, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para a maior efetividade das ações socioassistenciais desenvolvidas.

## **XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS** (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

Não serão necessárias adequações, tampouco capacitação de servidores, dado que, para a aplicação da solução indicada, a estrutura física e de pessoal da SMAS, conta com capacidade para implantação imediata.

## **XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

Existem contratações correlatas vigentes no âmbito da Administração, contudo, os objetos atualmente contratados não contemplam a totalidade dos itens necessários para o atendimento pleno da demanda decorrente da nova contratação. Verifica-se que os contratos em vigor abrangem apenas parte dos insumos ou possuem escopo distinto, não contemplando especificamente os gêneros e materiais destinados à realização das oficinas de culinária, às atividades coletivas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), às reuniões nos equipamentos socioassistenciais e aos atendimentos do Conselho Tutelar Municipal.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária para suprir a lacuna identificada, garantindo a adequada execução das atividades planejadas e assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados, sem sobreposição de objetos ou duplicidade de despesas, mas sim de forma complementar às contratações já existentes.

## **XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, à geração de resíduos sólidos, como embalagens plásticas, papéis, caixas, resíduos orgânicos provenientes do preparo dos alimentos e eventual descarte de materiais não utilizados.

Como medidas mitigadoras, serão adotadas práticas de consumo consciente, priorizando a aquisição de produtos com embalagens reduzidas ou recicláveis, sempre que possível, bem como o adequado acondicionamento e a destinação correta dos resíduos gerados, com incentivo à separação entre resíduos orgânicos e recicláveis. Os resíduos orgânicos poderão ser destinados conforme as orientações do serviço municipal de limpeza urbana, e os materiais recicláveis encaminhados à coleta seletiva, quando disponível.

Além disso, durante a execução das oficinas de culinária e demais atividades, serão promovidas orientações aos participantes quanto ao uso racional de alimentos e recursos, evitando desperdícios e estimulando práticas sustentáveis. Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados de baixa relevância e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas descritas.



#### **XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Barra do Piraí,

---

Taiane da Silva Menezes de Andrade  
SMAS-PMBP - Mat. 13513

## ANÁLISE DE RISCOS

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO						
<p>O provável fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO - LANCHE, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Conselho Tutelar do Município de Barra do Piraí/RJ, a serem utilizados nas atividades institucionais, tais como reuniões, capacitações, oficinas, eventos, atendimentos coletivos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.</p>						
FASE DE ANÁLISE						
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor						
( ) Gestão do Contrato						
RISCO 01						
<p><b>Risco:</b> Atraso na entrega do objeto.</p> <p><b>Causa:</b> Descumprimento dos prazos estabelecidos, no termo de referência, por parte do licitante vencedor.</p> <p><b>Consequência:</b> Ameaça de desabastecimento.</p>						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<p><b>Dano Potencial:</b> Serviço prestado de forma incompleta, ou seja, não abrange toda a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social</p>						
	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Antecipar o envio das solicitações de compra para o fornecedor.				Setor de Almoxarifado	
2.	Racionalizar a distribuição.				Setor de Almoxarifado	
	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Aplicar penalidades legais				Setor Jurídico	
2.	Buscar novas alternativas de contratação				Setor de Compras	
RISCO 02						
<p><b>Risco:</b> Paralisação do processo no momento do bloqueio orçamentário.</p> <p><b>Causa:</b> Indisponibilidade Orçamentária</p> <p><b>Consequência:</b> Não atendimento da demanda da SMAS.</p>						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<p><b>Dano Potencial:</b> Encerramento da Licitação sem êxito.</p>						
	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Informar ao Setor Financeiro a necessidade e relevância da contratação visando garantir a alocação de recursos para a contratação.				Setor de compras	



	Ação de Contingência	Responsável
1.	Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual.	Setor Financeiro

RISCO 03								
<b>Risco:</b> Licitação deserta (nenhuma proposta apresentada)								
<b>Causa:</b> Análise de mercado inadequado ou objeto muito específico limitando a participação das empresas								
<b>Consequência:</b> Retrabalho para realização de contratação, bem como a morosidade no atendimento da necessidade que originou a contratação								
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta		
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta		
<b>Dano Potencial:</b> Encerramento da Licitação sem êxito.								
	Ação Preventiva				Responsável			
1.	Realizar uma pesquisa bem diversificada, desconsiderando os valores inexequíveis no cálculo do preço estimado.				Setor de compras			
	Ação de Contingência				Responsável			
1.	Repetir o certame ou realizar uma Contratação Direta com fulcro no artigo 75, III, da Lei 14.133/2021.				Setor de compras			
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO								
_____ Identificação e assinatura			_____ Identificação e assinatura					

Barra do Piraí, 12/02/2026

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. **Descrição do objeto** O provável fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO - LANCHE, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Conselho Tutelar do Município de Barra do Piraí/RJ, a serem utilizados nas atividades institucionais, tais como reuniões, capacitações, oficinas, eventos, atendimentos coletivos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

### 1.2. Especificação do produto/quantitativos:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT. TOTAL
1.	AÇUCAR CRISTAL 1KGL - 1493768	KG	80
2.	COCO RALADO - 1494031	KG	20
3.	AMEDOIM (500GR) - 1493736	KG	15
4.	DOCE (GOIABADA) - 1493598	KG	10
5.	CORANTE - 1496029	UN	25
6.	PÃO DE FORMA - 1500639	PCT	70
7.	ACHOCOLATADO -1500170	CX	300
8.	PAÇOCA - 1494005	KG	15
9.	DOCE DE AMENDOIM CX C/50 - 1494023	CX	15
10.	PANETONE - 1493971	UN	120
11.	BALA SORTIDA - 1494003	KG	15
12.	PIRULITO - 1493982	KG	15
13.	MASSA PARA PASTEL - 1493761	KG	20
14.	LEITE EM PO - 1503704	KG	15
15.	SALSICHÃO - 1478501	KG	30
16.	MILHO VERDE - 1493850	UN	300
17.	AÇUCAR REFINADO PCT DE 1 KG- 1493753	KG	1803
18.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GR- 1493912	UN	156
19.	ADOÇANTE LÍQUIDO 200 ML-1502773	UN	147
20.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE 400GR-1493506	UN	1250
21.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE 400GR- 1493493	PCT	800
22.	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÍNIMO 20G PACOTE COM NO MÍNIMO 144 GRAMAS- 1502125	UN	3576
23.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR CHOCOLATE 300G-1502775	UN	718
24.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR LARANJA 300G-1502776	UN	778
25.	LEITE NATURAL (CAIXA CARTONADA DE 1L)- 1493927	L	150

26.	MARGARINA POTE DE 500G- 1500174	PT	404
27.	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ TRADICIONAL PACOTE 500G- 1502131	UN	849
28.	SUCO DE CAJU CONCENTRADO 500ML- 1500211	FR	659
29.	SUCO DE MARACUJÁ NATURAL, INTEGRAL, EMBALAGEM 500ML- 1493481	UN	753

## 2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ PRORROGAÇÃO/ REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

- 2.1. Vigência da Ata de Registro de Preço: A vigência da Ata (art. 84 da Lei 14.133/21) será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado preço mais vantajoso;
- 2.2. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): No caso de formalização contratual o prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura.
- 2.3. Prorrogação do Contrato: No caso de formalização contratual a prorrogação seguirá os ditames da Lei 14.133/21.
- 2.4. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): No caso de formalização contratual haverá previsão de reajuste conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado adotando com base o índice IPCA, IGPM ou outro que substitua, em conformidade a realidade de mercado dos respectivos insumos.

## 3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. **Interesse Público:** O provável fornecimento de lanches visa atender às necessidades das ações, eventos, reuniões, capacitações, oficinas e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e seus equipamentos, que frequentemente envolvem a participação de usuários dos serviços socioassistenciais, servidores, conselheiros, representantes da sociedade civil e demais públicos envolvidos nas políticas públicas da área.

O fornecimento adequado de lanches durante essas atividades contribui para garantir condições mínimas de acolhimento, permanência e participação dos envolvidos, especialmente considerando o perfil social e econômico do público atendido. Tal medida fortalece a efetividade das ações da política de assistência social, promovendo a inclusão, a cidadania e o bem-estar dos participantes.

Dessa forma, a contratação se justifica pelo interesse público na manutenção e no fortalecimento das ações socioassistenciais, assegurando apoio logístico essencial para o funcionamento das atividades institucionais da Secretaria e para o cumprimento de suas obrigações legais e sociais perante a população.

### 3.2. Metodologia do quantitativo:

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE. FUNDO	QTDE. CONSELHO TUTELAR	QTDE. TOTAL
30.	AÇUCAR CRISTAL 1KGL - 1493768	Açúcar cristal 1kg/l branco, puro e natural, embalado em sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. Catmat 463998.	KG	80	-	80
31.	COCO RALADO - 1494031	Coco Ralado Desidratado Adoçado; Tipo médio ou fino, com teor de gordura adequado para culinária; Flocos ou fios brancos, limpos, uniformes, sem cascas ou impurezas; característico de coco, fresco, sem ranço ou odores estranhos; Pacotes selados a vácuo ou com atmosfera modificada, em material atóxico e resistente, com peso líquido especificado (ex: 50g, 100g, 1kg), identificados com dados de fabricação e validade. (Catmat 427816).	KG	20	-	20
32.	AMEDOIM (500GR) - 1493736	Amendoim - 500 g - tipo torrado e/ou cru  Produto alimentício à base de amendoim ( <i>Arachis hypogaea</i> ), podendo ser torrado ou cru, com ou sem sal, isento de umidade excessiva, mofo, insetos ou sinais de	KG	15	-	15



		deterioração, atendendo às normas sanitárias vigentes. (Catmat 321294)				
33.	DOCE (GOIABADA) - 1493598	Doce de goiabada - 600 g - tipo tradicional ou firme  Produto alimentício elaborado à base de polpa de goiaba, açúcar e conservantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar coloração característica, textura firme e homogênea, sabor típico da fruta, sem sinais de deterioração, mofo ou alteração física. Acondicionado em embalagem íntegra, lacrada e adequada. (Catmat 487591).	KG	10	-	10
34.	CORANTE - 1496029	Corante comestível - líquido ou em gel - cores variadas  Produto alimentício destinado à coloração de alimentos, preparado com corantes aprovados pela legislação sanitária vigente (Anvisa), seguros para consumo humano. Deve apresentar coloração intensa, homogênea e estável, sem odor ou sabor indesejado, e livre de contaminantes. (Catmat 440566).	UN	25	-	25
35.	PÃO DE FORMA - 1500639	Pão de forma - pacote padrão (aprox. 500 g) - tipo integral ou branco  Produto de panificação industrializado, elaborado com farinha de trigo, água, fermento biológico, sal, açúcar e gordura, podendo conter conservantes e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente.	PCT	70	-	70

		Deve apresentar massa macia, textura homogênea, sabor característico e ausência de sinais de ressecamento, mofo ou deterioração. (Catmat 620868).				
36.	<b>ACHOCOLATADO - 1500170</b>	<p>Achocolatado líquido – 200 ml – tipo pronto para consumo</p> <p>Bebida à base de leite integral, leite desnatado ou bebida láctea, açúcar, cacau e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente, podendo conter vitaminas e minerais adicionados.</p> <p>Deve apresentar sabor e aroma característicos, textura homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 484189)</p>	<b>CX</b>	300	-	300
37.	<b>PAÇOCA - 1494005</b>	<p>Paçoca – 500 g – tipo tradicional ou similar</p> <p>Produto alimentício à base de amendoim, açúcar e sal, podendo conter aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar sabor característico, textura firme e homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 477858)</p>	<b>KG</b>	15	-	15
38.	<b>DOCE DE AMENDOIM CX C/50 - 1494023</b>	<p>Doce de amendoim – caixa com 50 unidades</p> <p>Produto alimentício à base de amendoim torrado, açúcar e/ou xarope de glicose, podendo conter conservantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar sabor característico, textura firme, coloração uniforme e ausência</p>	<b>CX</b>	15	-	15



		de sinais de deterioração. Acondicionado individualmente, com embalagem íntegra e lacrada, acondicionado em caixa com 50 unidades. (Catmat 462652)				
39.	PANETONE - 1493971	Panetone individual - 100g - tradicional ou similar  Produto de panificação industrializado, com massa macia e sabor característico, elaborado com farinha de trigo, ovos, leite, açúcar, gordura, frutas cristalizadas e/ou gotas de chocolate, fermento e aromatizantes permitidos. Acondicionado individualmente em embalagem íntegra e lacrada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade, ingredientes e registro no órgão competente. (Catmat 610525)	UN	120	-	120
40.	BALA SORTIDA - 1494003	Bala sortida - 400gr. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física (Catmat 474370)	KG	15	-	15
41.	PIRULITO - 1493982	Pirulito c/50. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou	KG	15	-	15

		alteração física. (Catmat 483634)				
42.	MASSA PARA PASTEL - 1493761	Massa para pastel em disco grande, em embalagem com aproximadamente 500g, sendo embaladas individualmente. Resfriada 4°C. Embalagem: filme pcv transparente ou plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e o sig ou sig do ministério de agricultura.(catmat: 427816)	KG	20	-	20
43.	LEITE EM PO - 1503704	Leite em po, integral, instantaneo, acondicionado em embalagem original com minimo de 400g. Catmat 459637	KG	15	-	15
44.	SALSICHÃO - 1478501	Salsichão a granel. Produto cárneo industrializado, tipo salsichão/hot dog, elaborado a partir de carnes mecanicamente separadas de aves e/ou suínos, adicionado de condimentos, proteínas, estabilizantes e conservantes permitidos pela legislação vigente. (Catmat 615352)	KG	30	-	30
45.	MILHO VERDE - 1493850	Milho verde em espiga Catmat 462832	UN	300	-	300
46.	AÇUCAR REFINADO PCT DE 1 KG- 1493753	Açúcar refinado, com sacarose mínima de 98,5%, acondicionado em pacote de 1 kg. Deve constar da embalagem ou no laudo a seguinte inscrição: "açúcar refinado". Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses; (catmat: 463996)	KG	1763	40	1803
47.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GR- 1493912	Achocolatado em pó, solúvel, combinado com vitaminas e nutrientes, cálcio, ferro, vitaminas a, c, d e vitaminas do	UN	156	-	156



		complexo b, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 484189)				
48.	ADOÇANTE LÍQUIDO 200 ML- 1502773	100% stevia, liquido, frasco com bico dosador, prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 625668)	UN	141	6	147
49.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE 400GR-1493506	Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor leite, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:402544)	UN	1000	250	1250
50.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE 400GR- 1493493	Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor chocolate, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 460241)	PCT	800	-	800
51.	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÍNIMO 20G PACOTE COM NO MÍNIMO 144 GRAMAS- 1502125	Biscoito salgado sabores: presunto, queijo, original, dois queijos. Embalagem porcionada com 6 pacotes internos de 25g cada. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 390172)	UN	3276	300	3576
52.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR CHOCOLATE 300G- 1502775	Bolo sabor chocolate embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 465634)	UN	718	-	718
53.	BOLO	Bolo sabor laraja embalado,	UN	718	60	778

	INDUSTRIALIZADO SABOR LARANJA 300G- 1502776	com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 610529)				
54.	LEITE NATURAL (CAIXA CARTONADA DE 1L)- 1493927	Leite de vaca, sem adulterações, integral, com mínimo de 3% de gordura ou teor original, líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida uht/ uat (ultra alta temperatura), em caixa cartonada, de 1 litro, validade até 4 meses. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/ sif/ dipoa e carimbo de inspeção. (catmat: 617147)	L	150	-	150
55.	MARGARINA POTE DE 500G- 1500174	Margarina com sal, com no mínimo de 65% de lipídios, acondicionada em embalagem de aproximadamente 500g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:463705)	PT	344	60	404
56.	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ TRADICIONAL PACOTE 500G- 1502131	Café em pó homogêneo, torrado e moído, tipo superior, sabor predominantemente arábico, com, no máximo, 20% de grãos tipo conilon/robusta. Embalagem: pacotes de 500g, tipo vácuo, contendo na embalagem a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez)	UN	749	100	849

		meses contados da data de recebimento. Características químicas (exigidas para cada 100g): umidade máxima 5,0%, resíduo mineral fixo máximo 5,0%, resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% máximo 1,0%, cafeína mínimo 0,7%, extrato aquoso mínimo 25,0%, extrato etéreo mínimo 8,0%, características sensoriais: aroma característico do produto, acidez baixa a moderada, amargor moderado, sabor característico e equilibrado, livre de sabor fermentado, mofado e de terra, adstringência baixa, corpo razoavelmente encorpado. Acondicionado em embalagem a vácuo puro, 500g. (catmat: 463593)				
57.	SUCO DE CAJU CONCENTRADO 500ML- 1500211	Suco integral de caju, água, suco concentrado de caju, acidulante: ácido cítrico, aroma idêntico ao natural, estabilizantes: goma xantana e celulose microcristalina e conservadores: benzoato de sódio e metabisulfito de sódio. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464758)	FR	624	35	659
58.	SUCO DE MARACUJÁ NATURAL, INTEGRAL, EMBALAGEM 500ML- 1493481	Suco concentrado de maracujá, sem glúten e sem adição de açúcar, acondicionado em embalagem de aproximadamente 500ml, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464751)	UN	718	35	753

**3.3. Justificativa do Quantitativo solicitado:** O quantitativo ora solicitado repete os mesmos parâmetros da última contratação (Processo administrativo 10953/2023), tendo em vista que o saldo anteriormente contratado atendeu plenamente à demanda da Secretaria Municipal de

Assistência Social de Barra do Piraí e suas Unidades durante todo o período de vigência do contrato. Tal repetição se justifica com base na análise do consumo real e efetivo, que demonstrou compatibilidade entre o volume adquirido e a demanda apresentada, assegurando o atendimento adequado sem gerar desperdícios ou a necessidade de suplementações adicionais. Dessa forma, a manutenção do quantitativo anteriormente contratado revela-se adequada, eficaz e economicamente viável, garantindo a continuidade dos serviços e atividades promovidos pela Secretaria, com planejamento e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Informa-se, ainda, que tal solicitação foi fundamentada com base no controle interno do setor de almoxarifado, por meio do sistema da Embras.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

- 4.1. Estudo Técnico Preliminar nº 02/2026/FMAS (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21), foi decidido pela seguinte solução: optou-se pela contratação de empresa, que seja capaz de fornecer **MATERIAL DE CONSUMO- LANCHE**.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

- 5.1. A solução é a contratação de empresa que entregue os itens de consumo para que sejam ofertados lanches aos usuários da Secretaria e para ser consumido em todas as suas unidades de atendimento (equipamentos) da Secretaria Municipal de Assistência Social. Devido ao limitado período de validade, para o consumo do bem a ser adquirido, faz-se necessário que as entregas sejam realizadas de forma parcelada, conforme a demandas do órgão, ao longo do período de vigência da ARP
- 5.2. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): Não será exigida garantia e/ou assistência técnica
- 5.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução do contrato.
- 5.4. A entrega dos itens deverá estar lacrados, embalados sem violações, dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência, com marca, procedência e validade impressas nos rótulos dos produtos com no mínimo 6 meses após a entrega.
- 5.5 A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que os **MATERIAIS DE CONSUMO- LANCHE** serão solicitados em períodos diferentes, durante a vigência da ata de registro de preço.
- 5.6 A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que, nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na provável aquisição

**5.7** O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Assim, a aquisição mostra-se viável julgamento por Menor Preço.

**5.8** Não será exigida garantia de execução.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)**

- 6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021): Não será exigido qualificação técnica.
- 6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigido apresentação de documentos juntamente à proposta de preços.
- 6.3. Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): O objeto não demandará vistoria prévia.
- 6.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Será exigida apresentação de amostra, a mesma deverá ser apresentada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Paulo de Frontin, nº 164 – Centro Barra do Piraí – RJ – CEP: 27.123.120, de segunda à sexta – feira, entre os horários de 09h às 16h, sob pena de desclassificação após o comunicado do pregoeiro.

## **7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)**

- 7.1. O prazo de entrega é de 07 dias corridos, contados do recebimento do Empenho, pela empresa selecionada.
- 7.2. O objeto da licitação deverá ser entregue nas dependências:  
**\*\*SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situada na Rua Paulo de Frontin, 164 - Centro - Barra do Piraí/RJ - CEP: 27123-120, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h as 15h .
- 7.3. O objeto da licitação será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.
- 7.4. O objeto da ARP será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.
- 7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 07 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).
- 7.7. Os itens deverão vir embalados, fechados, em embalagens individuais, sem violações;

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)**

- 8.1. A ARP deverá ser executada, fielmente, pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ARP, o cronograma de execução será prorrogado, automaticamente, pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.
- 8.3. A execução da ARP deverá produzir seus efeitos:
- 8.3.1) Promover condições adequadas de atendimento, visando eficiência, eficácia, segurança, economicidade, sustentabilidade, além da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, sem causar prejuízos ao erário;
- 8.3.2) Fazer o ressuprimento dos produtos, em tempo hábil.

## **9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

- 9.1. Em caso de formalização contratual, nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021
- 9.3. Ficam indicados como futuro fiscal e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores:

### **Fiscais do futuro contrato:**

Vinicius Garcia de Rezende / Matr. 13521 / Diretor Executivo

Rúbia Santos Galdino / Matr. 6192 / Conselheira

## 10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

- 11.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? (X) sim ou ( ) não
- 11.2. Qual critério de Julgamento será utilizado?
- Menor Preço.

## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 12.1. O valor estimado é de **R\$ 159.112,68** (Cento e cinquenta e nove mil, cento e doze reais e sessenta e oito centavos) Os valores unitários referenciais serão incluídos aos autos posteriormente, por meio de mapa de cotação, elaborado com base em levantamento de preços realizado em sítios eletrônicos especializados, no Pannel de Preços e fornecedores locais.
- 12.2. Os valores unitários, referenciais, serão inclusos aos autos, posteriormente, em mapa de cotação.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

- 13.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
A			
03.30	08.244.3014.1530	3.3.90.30.00	1500
03.30	08.244.3014.1531	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1532	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1533	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1535	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1536	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1537	3.3.90.30.00	1660



## 14. DISPOSIÇÕES

03.30	08.244.3014.1538	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
20.15	14.422.1003.2029	3.3.90.30.00	1500
<b>GERAIS</b>			

14.1. Não há disposições gerais.


## 15. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA


15.1. Não há anexos.

Taiane da Silva Menezes de Andrade  
SMAS/BP – Matr. 13513



## ANEXO

 <div>SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL ANEXO IV – fl. 01</div>			Licitação por: <b>Pregão Eletrônico</b> A realizar-se em: ____/____/____ às ____ hs. Requisição: nº			
Proposta de Preços						
A empresa ao lado propõe-se a entregar o material à Prefeitura de Municipal de Barra do Piraí pelos preços assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de <b>Pregão Eletrônico Nº ____/20__</b>					CARIMBO DA FIRMA	
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Marca	Preço Unitário	PREVISÃO DE CUSTO R\$
		provável fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO - LANCHE, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Conselho Tutelar do Município de Barra do Piraí/RJ, a serem utilizados nas atividades institucionais, tais como reuniões, capacitações, oficinas, eventos, atendimentos coletivos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.				SUBTOTAL
Valor Total por Extenso: (_____)			TOTAL			
<b>OBSERVAÇÕES:</b>  1. Ser datilografada, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.  2. O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS a cumprir os termos nela contidos.  3. As duas primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.  4. A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.			<b>Prazo de execução:</b>  <b>Validade da Proposta De Preços (preços válidos), por: 60 (sessenta) dias</b>  <b>Local da execução:</b>  Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente  Em ____/____/____			
Obs.: Informar dados bancários:			Firma Proponente			
Banco: _____ Nº _____  Agência: _____ C/c: _____						

 <p>SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL</p> <p>ANEXO IV – fl. 02</p> <p>PROPOSTA DE PREÇOS</p>	<p>Licitação por: <b>Pregão Eletrônico</b></p> <p>A realizar-se em: _____ às _____ hs.</p> <p>Requisição: nº _____</p>
---	--

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE. TOTAL	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1.	<b>AÇUCAR CRISTAL 1KGL - 1493768</b> Açúcar cristal 1kg l branco, puro e natural, embalado em sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. Catmat 463998.	KG	80			
2.	<b>COCO RALADO - 1494031</b> Coco Ralado Desidratado Adoçado; Tipo médio ou fino, com teor de gordura adequado para culinária; Flocos ou fios brancos, limpos, uniformes, sem cascas ou impurezas; característico de coco, fresco, sem ranço ou odores estranhos; Pacotes selados a vácuo ou com atmosfera modificada, em material atóxico e resistente, com peso líquido especificado (ex: 50g, 100g, 1kg), identificados com dados de fabricação e validade. (Catmat 427816).	KG	20			
3.	<b>AMEDOIM (500GR) - 1493736</b> Amendoim – 500 g – tipo	KG	15			



	<p>torrado e/ou cru</p> <p>Produto alimentício à base de amendoim (<i>Arachis hypogaea</i>), podendo ser torrado ou cru, com ou sem sal, isento de umidade excessiva, mofo, insetos ou sinais de deterioração, atendendo às normas sanitárias vigentes. (Catmat 321294)</p>					
4.	<p><b>DOCE (GOIABADA) - 1493598</b></p> <p>Doce de goiabada – 600 g – tipo tradicional ou firme</p> <p>Produto alimentício elaborado à base de polpa de goiaba, açúcar e conservantes permitidos pela legislação sanitária vigente.</p> <p>Deve apresentar coloração característica, textura firme e homogênea, sabor típico da fruta, sem sinais de deterioração, mofo ou alteração física.</p> <p>Acondicionado em embalagem íntegra, lacrada e adequada. (Catmat 487591).</p>	<b>KG</b>	10			
5.	<p><b>CORANTE - 1496029</b></p> <p>Corante comestível – líquido ou em gel – cores variadas</p> <p>Produto alimentício destinado à coloração de alimentos, preparado com corantes aprovados pela legislação sanitária vigente (Anvisa), seguros para consumo humano. Deve</p>	<b>UN</b>	25			



	apresentar coloração intensa, homogênea e estável, sem odor ou sabor indesejado, e livre de contaminantes. (Catmat 440566).					
6.	<p><b>PÃO DE FORMA - 1500639</b></p> <p>Pão de forma – pacote padrão (aprox. 500 g) – tipo integral ou branco</p> <p>Produto de panificação industrializado, elaborado com farinha de trigo, água, fermento biológico, sal, açúcar e gordura, podendo conter conservantes e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar massa macia, textura homogênea, sabor característico e ausência de sinais de ressecamento, mofo ou deterioração. (Catmat 620868).</p>	<b>PCT</b>	70			
7.	<p><b>ACHOCOLATADO - 1500170</b></p> <p>Achocolatado líquido – 200 ml – tipo pronto para consumo</p> <p>Bebida à base de leite integral, leite desnatado ou bebida láctea, açúcar, cacau e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente, podendo conter vitaminas e minerais adicionados. Deve apresentar sabor e aroma característicos, textura homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat</p>	<b>CX</b>	300			

	484189)					
8.	<p><b>PAÇOCA - 1494005</b></p> <p>Paçoca – 500 g – tipo tradicional ou similar</p> <p>Produto alimentício à base de amendoim, açúcar e sal, podendo conter aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar sabor característico, textura firme e homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 477858)</p>	<b>KG</b>	15			
9.	<p><b>DOCE DE AMENDOIM CX C/50 - 1494023</b></p> <p>Doce de amendoim – caixa com 50 unidades</p> <p>Produto alimentício à base de amendoim torrado, açúcar e/ou xarope de glicose, podendo conter conservantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente.</p> <p>Deve apresentar sabor característico, textura firme, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração.</p> <p>Acondicionado individualmente, com embalagem íntegra e lacrada, acondicionado em caixa com 50 unidades. (Catmat 462652)</p>	<b>CX</b>	15			
10.	<b>PANETONE - 1493971</b>	<b>UN</b>	120			



	<p>Panetone individual - 100g - tradicional ou similar</p> <p>Produto de panificação industrializado, com massa macia e sabor característico, elaborado com farinha de trigo, ovos, leite, açúcar, gordura, frutas cristalizadas e/ou gotas de chocolate, fermento e aromatizantes permitidos.</p> <p>Acondicionado individualmente em embalagem íntegra e lacrada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade, ingredientes e registro no órgão competente. (Catmat 610525)</p>					
11.	<p><b>BALA SORTIDA - 1494003</b></p> <p>Bala sortida - 400gr. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente.</p> <p>Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física (Catmat 474370)</p>	<b>KG</b>	15			
12.	<p><b>PIRULITO - 1493982</b></p> <p>Pirulito c/50. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente.</p> <p>Deve apresentar formato e coloração variados, sabor</p>	<b>KG</b>	15			



	característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física. (Catmat 483634)					
13.	<b>MASSA PARA PASTEL - 1493761</b>  Massa para pastel em disco grande, em embalagem com aproximadamente 500g, sendo embaladas individualmente. Resfriada 4°C. Embalagem: filme pvc transparente ou plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e o sig ou sie do ministério de agricultura.(catmat: 427816)	<b>KG</b>	20			
14.	<b>LEITE EM PO - 1503704</b>  Leite em po, integral, instantâneo, acondicionado em embalagem original com mínimo de 400g. Catmat 459637	<b>KG</b>	15			
15.	<b>SALSICHÃO - 1478501</b>  Salsichão a granel. Produto cárneo industrializado, tipo salsichão/hot dog, elaborado a partir de carnes mecanicamente separadas de aves e/ou suínos, adicionado de condimentos, proteínas, estabilizantes e conservantes permitidos pela legislação vigente. (Catmat 615352)	<b>KG</b>	30			
16.	<b>MILHO VERDE - 1493850</b>  Milho verde em espiga Catmat 462832	<b>UN</b>	300			
17.	<b>AÇUCAR REFINADO PCT</b>	<b>KG</b>	1803			



	DE 1 KG- 1493753  Açúcar refinado, com sacarose mínima de 98,5%, acondicionado em pacote de 1 kg. Deve constar da embalagem ou no laudo a seguinte inscrição: "açúcar refinado". Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses; (catmat: 463996)					
18.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GR- 1493912  Achocolatado em pó, solúvel, combinado com vitaminas e nutrientes, cálcio, ferro, vitaminas a c, d e vitaminas do complexo b, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 484189)	UN	156			
19.	ADOÇANTE LÍQUIDO 200 ML-1502773  100% stevia, liquido, frasco com bico dosador, prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 625668)	UN	147			
20.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE 400GR-1493506	UN	1250			



	Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor leite, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:402544)					
21.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE 400GR-1493493  Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor chocolate, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 460241)	PCT	800			
22.	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÍNIMO 20G PACOTE COM NO MÍNIMO 144 GRAMAS- 1502125  Biscoito salgado sabores: presunto, queijo, original, dois queijos. Embalagem porcionada com 6 pacotes internos de 25g cada. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 390172)	UN	3576			
23.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR CHOCOLATE 300G- 1502775	UN	718			



	<p>Bolo sabor chocolate embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 465634)</p>					
24.	<p>BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR LARANJA 300G-1502776</p> <p>Bolo sabor laranja embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 610529)</p>	UN	778			
25.	<p>LEITE NATURAL (CAIXA CARTONADA DE 1L)-1493927</p> <p>Leite de vaca, sem adulterações, integral, com mínimo de 3% de gordura ou teor original, líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida uht/ uat (ultra alta temperatura), em caixa cartonada, de 1 litro, validade até 4 meses. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/ dipoa e carimbo de inspeção.</p>	L	150			



	(catmat: 617147)					
26.	<p>MARGARINA POTE DE 500G- 1500174</p> <p>Margarina com sal, com no mínimo de 65% de lipídios, acondicionada em embalagem de aproximadamente 500g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:463705)</p>	PT	404			
27.	<p>CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ TRADICIONAL PACOTE 500G- 1502131</p> <p>Café em pó homogêneo, torrado e moído, tipo superior, sabor predominantemente arábico, com, no máximo, 20% de grãos tipo conilon/robusta. Embalagem: pacotes de 500g, tipo vácuo, contendo na embalagem a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento. Características químicas (exigidas para cada 100g): umidade máxima 5,0%, resíduo mineral fixo máximo 5,0%, resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% máximo 1,0%, cafeína mínimo 0,7%, extrato aquoso mínimo 25,0%, extrato etéreo mínimo 8,0%, características sensoriais:</p>	UN	849			



	aroma característico do produto, acidez baixa a moderada, amargor moderado, sabor característico e equilibrado, livre de sabor fermentado, mofado e de terra, adstringência baixa, corpo razoavelmente encorpado. Acondicionado em embalagem a vácuo puro, 500g. (catmat: 463593)					
28.	<p>SUCO DE CAJU CONCENTRADO 500ML-1500211</p> <p>Suco integral de caju, água, suco concentrado de caju, acidulante: ácido cítrico, aroma idêntico ao natural, estabilizantes: goma xantana e celulose microcristalina e conservadores: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464758)</p>	FR	659			
29.	<p>SUCO DE MARACUJÁ NATURAL, INTEGRAL, EMBALAGEM 500ML-1493481</p> <p>Suco concentrado de maracujá, sem glúten e sem adição de açúcar, acondicionado em embalagem de aproximadamente 500ml, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464751)</p>	UN	753			



## ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA Provável  
PROVÁVEL AQUISIÇÃO xxxxxxxxxxxxxxxx, PARA  
ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA  
xx  
, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI. E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, através Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção nº 69-Centro, município de Barra do Piraí/RJ, na qualidade de ORGÃO GERENCIADOR, torna público que, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 020310000151/2025, localizado na Rua Paulo de Frontin, nº 164, bairro Centro, Barra do Piraí/RJ doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por MARINA VIOLA TINOCO, brasileira, casada, Advogada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da OAB RJ nº 183392 e CPF nº 107.406.547-64 na forma do disposto no processo administrativo nº 020310000070/2025 ora denominada AUTORIDADE COMPETENTE, e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, apto. \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_/RJ CEP: \_\_\_\_\_, lavram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**O Objeto da presente Ata de Registro de Preços é a provável fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO - LANCHE, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de**

Assistência Social (FMAS) e do Conselho Tutelar do Município de Barra do Piraí/RJ, a serem utilizados nas atividades institucionais, tais como reuniões, capacitações, oficinas, eventos, atendimentos coletivos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos e especificações definidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

**Parágrafo primeiro:** A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI** e de acordo com o quantitativo indicado na **cláusula quarta**.

**Parágrafo segundo:** a lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação do(s) item (ns) registrado (s), facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**Parágrafo terceiro:** a Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)** do órgão gerenciador da Ata e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços é a **Prefeitura de Barra do Piraí/RJ**

**Parágrafo primeiro:** A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidade do Estado e Município (s), que não tenha (m) participado do certame licitatório, ora denominado (s) **ÓRGÃO (S) ADERENTE (S)**.

## **CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO**

O quantitativo do(s) item (ns) indicado (s) no Termo de Referência é (são) meramente estimativo(s) e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**Parágrafo primeiro:** é vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL DE ENTREGA**

O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser entregue/executado conforme informado no Edital e Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo de entrega dos objetos é de 07 (sete) dias conforme, termo de referência.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO**

O preço registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos na Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços (**Anexo I**).

**Parágrafo primeiro:** O preço englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**Parágrafo segundo:** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do material registrado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto aos fornecedores.

**Parágrafo terceiro:** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no

mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo quarto:** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**Parágrafo quinto:** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Parágrafo sexto:** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

- a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo sétimo:** Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**CLÁUSULA NONA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta do próprio **ÓRGÃO**



## GERENCIADOR.

SECRETARI A	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
03.30	08.244.3014.1530	3.3.90.30.00	1500
03.30	08.244.3014.1531	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1532	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1533	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1535	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1536	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1537	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1538	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
20.15	14.422.1003.2029	3.3.90.30.00	1500

## CLÁUSULA DÉCIMA: CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR

Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo primeiro:** a contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** será formalizada por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.

**Parágrafo segundo:** o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

O objeto desta ata será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo primeiro:** as condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Edital e seus anexos, e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto.

**Parágrafo segundo:** a execução será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação.

**Parágrafo terceiro:** o objeto será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento.

**Parágrafo quarto:** o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**Parágrafo quinto:** o material cujo padrão de qualidade e desempenho esteja em desacordo com a especificação do Edital e da Proposta de Preços será recusado pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à sua regularização. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

**Parágrafo sexto:** o fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo sétimo:** a instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



O pagamento será realizado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, de acordo com as contratações realizadas, considerando a quantidade e valor do item adquirido.

**Parágrafo primeiro:** o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**Parágrafo segundo:** considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**Parágrafo terceiro:** caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo quarto:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo

IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**Parágrafo quinto:** a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**Parágrafo sexto:** A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxxx, agência: xxxxxx, banco: xxxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, NA QUALIDADE DE CONTRATANTES**

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na qualidade de **Contratantes**:

- a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital para Registro de Preços, Termo de Referência, Proposta de Preços e Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.
- b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente instrumento;
- c) exercer a fiscalização da execução do objeto;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- a) gerenciar a ata de registro de preços;
- b) acompanhar constantemente a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;

- b)** entregar/executar o objeto sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c)** manter em estoque um mínimo de materiais necessários à execução do objeto do contrato;
- d)** comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 07 (sete) dias corridos;
- f)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

**Parágrafo único:** não será admitida justificativa de atraso da entrega/execução do objeto adquirido que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelo (s) fornecedor (es) do licitante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE**

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços;

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único:** o cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do *caput* será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Conforme artigo 86 parágrafo terceiro da Lei 14133 de 1º de abril de 2021, o município poderá dar ADESÃO A ATA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços/Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o

contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo primeiro:** a sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

**Parágrafo segundo:** quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**Parágrafo terceiro:** a imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

**Parágrafo quarto:** ressalvada a hipótese descrita no parágrafo quarto cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo quinto:** a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput* da **cláusula vigésima**, serão impostas pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

**Parágrafo sexto:** a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima**, será imposta pelo Ordenador de Despesa.

**Parágrafo sétimo:** a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, é

de competência exclusiva da **Exmo Sr. Prefeito**.

**Parágrafo oitavo:** a multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput* da **cláusula vigésima**:

- a) não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**Parágrafo nono:** o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima**:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**Parágrafo décimo:** a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo décimo primeiro:** é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo décimo segundo:** o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da Ata, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da Ata pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**Parágrafo décimo terceiro:** a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo décimo quarto:** a aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

- a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;
- b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;
- c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput* da **cláusula vigésima**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo dispositivo;
- d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela Autoridade Competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo décimo quinto:** a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco

por cento) do valor total da Ata, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**Parágrafo décimo sexto:** as penalidades previstas na **cláusula vigésima** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**Parágrafo décimo sétimo:** os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a **Administração Pública do Município de Barra do Piraí** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**Parágrafo décimo oitavo:** penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** no Cadastro de Fornecedores da **PMBP**.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ao) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barra do Piraí para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de



Registro de Preços, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura de Barra do Piraí-RJ  
ORDENADOR DE DESPESA

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## Anexo I

### CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

OBJETO:

FORNECEDOR:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
TOTAL				R\$	



## ANEXO VI

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ATRAVÉS DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, através Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção nº 69-Centro, município de Barra do Piraí/RJ, na qualidade de ORGÃO GERENCIADOR, torna público que, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.102.141/0001-55, localizado na Rua Paulo de Frontin, nº 164, bairro Centro, Barra do Piraí/RJ doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por Marina Viola Tinoco, brasileira, casada, Advogada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da OAB RJ nº 183392 e CPF nº 107.406.547-64 na forma do disposto no processo administrativo n.º 020310000070/2025 ora denominada AUTORIDADE COMPETENTE, e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ /\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, apto. \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_/RJ CEP: \_\_\_\_\_, lavram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**O Objeto do presente Contrato é o** fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO - LANCHE, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Conselho Tutelar do Município de Barra do Piraí/RJ, a serem utilizados nas atividades institucionais, tais como reuniões, capacitações, oficinas, eventos, atendimentos coletivos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato **será de XXX**, conforme artigo 107, da Lei Federal 14.133/21, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O prazo contratual poderá ser prorrogado, quando couber, na forma do art. 107 da Lei 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** O reajuste ou repactuação será conforme especificado nas cláusulas contratuais, tendo como prazo inicial da apresentação da proposta, adotando como base o índice do **IPCA ou outro que substitua** para insumo e para mão de obra adotando convenção ou dissídio coletivo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** O objeto do presente Contrato deverá ser entregue/executado no(a) \_\_\_\_\_, situado à \_\_\_\_\_.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a)** efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b)** fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes ao presente contrato;
- c)** exercer a fiscalização do contrato;



**d)** receber provisória e definitivamente o objeto do presente contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a)** entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b)** entregar/executar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete e seguro;
- c)** manter em estoque um mínimo de material necessário à execução do objeto do contrato;
- d)** comunicar o Fiscal do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até \_\_\_\_\_;
- f)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à realização do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



SECRETARI A	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
03.30	08.244.3014.1530	3.3.90.30.00	1500
03.30	08.244.3014.1531	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1532	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1533	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
03.30	08.244.3014.1535	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1536	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1537	3.3.90.30.00	1660
03.30	08.244.3014.1538	3.3.90.30.00	1500-1660-1661
20.15	14.422.1003.2029	3.3.90.30.00	1500

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO:**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência/Projeto Básico, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O contrato será acompanhado e fiscalizado por representante(s) do

**CONTRATANTE** especialmente designado(s) pela autoridade competente, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– O objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

**Em se tratando de obras e serviços:**

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze dias);

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**Em se tratando de compras:**

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em **05 (cinco) dias**, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de **10 (dez) dias** para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso do parágrafo terceiro, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de impedimento de contratar com a PMBP.



## **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº \_\_\_\_\_, agência: \_\_\_\_\_, banco: \_\_\_\_\_, de titularidade da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a PMBP, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

**PARÁGRAFO QUARTA** – Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO QUINTO**– Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo \_\_\_\_ e juros moratórios de \_\_\_\_% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de \_\_\_\_ % ao mês pro rata die.

**PARÁGRAFO SEXTO**– ACONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85,

de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser extinto nas situações constantes no artigo 137 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**– Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da assinatura com posterior publicação no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial do Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**Parágrafo Terceiro** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente** com poderes para decidir na

Administração Pública:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas por **autoridade competente com poderes para decidir na Administração Pública**
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmº Senhor Prefeito**.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) multa que não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**PARÁGRAFO QUINTO** - o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO** - a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;

- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea d.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Barra do Piraí enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO**– Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, principal do débito, dos juros de mora, despesas de processo e honorários de advogado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca do **Município de Barra do Piraí**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura de Barra do Piraí-RJ

ORDENADOR DE DESPESA

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## Anexo 1

### CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

OBJETO:

FORNECEDOR:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-------------------------	-------------------	-------	-------------------	----------------



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14133/2021, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO CUSTOS TRABALHISTA

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



## ANEXO IX

### Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade

Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ

Local e data

A(o) Pregoeira(o),

Referente a(ao) **Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE

Barra do Piraí-RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)



## ANEXO X

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ participante da licitação modalidade **Pregão Eletrônico SRP n.º \_\_\_\_\_/2026** referente ao **Processo Administrativo n.º \_\_\_\_\_**, declara que atendeu a todas as exigências habilitatórias e que detém capacidades técnico-operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local) \_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa proponente)



## ANEXO XI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº     /2025

..... (nome da Empresa) ....., inscrita no CNPJ  
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
..... portador(a) da Carteira de Identidade  
nº..... e do CPF nº. ....,  
DECLARA, para fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com  
deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....

(data)

.....

(representante legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



## ANEXO XII

### MODELO DE DECLARAÇÃO

**RELATIVA A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.  
123/2006**

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE. TOTAL	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1.	<b>AÇUCAR CRISTAL 1KGL - 1493768</b> Açúcar cristal 1kg/l branco, puro e natural, embalado em sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. Catmat 463998.	<b>KG</b>	80		7,88	
2.	<b>COCO RALADO - 1494031</b> Coco Ralado Desidratado Adoçado; Tipo médio ou fino, com teor de gordura adequado para culinária; Flocos ou fios brancos, limpos, uniformes, sem cascas ou impurezas; característico de coco, fresco, sem ranço ou odores estranhos; Pacotes selados a vácuo ou com atmosfera modificada, em material atóxico e resistente, com peso líquido especificado (ex: 50g, 100g, 1kg), identificados com dados de fabricação e validade. (Catmat 427816).	<b>KG</b>	20		40,1	
3.	<b>AMEDOIM (500GR) - 1493736</b> Amendoim – 500 g – tipo torrado e/ou cru Produto alimentício à base de amendoim (Arachis hypogaea), podendo ser torrado ou cru, com ou sem sal, isento de umidade	<b>KG</b>	15		15,90	



	excessiva, mofo, insetos ou sinais de deterioração, atendendo às normas sanitárias vigentes. (Catmat 321294)					
4.	<p><b>DOCE (GOIABADA) - 1493598</b></p> <p>Doce de goiabada – 600 g – tipo tradicional ou firme</p> <p>Produto alimentício elaborado à base de polpa de goiaba, açúcar e conservantes permitidos pela legislação sanitária vigente.</p> <p>Deve apresentar coloração característica, textura firme e homogênea, sabor típico da fruta, sem sinais de deterioração, mofo ou alteração física.</p> <p>Acondicionado em embalagem íntegra, lacrada e adequada. (Catmat 487591).</p>	<b>KG</b>	10		11,49	
5.	<p><b>CORANTE - 1496029</b></p> <p>Corante comestível – líquido ou em gel – cores variadas</p> <p>Produto alimentício destinado à coloração de alimentos, preparado com corantes aprovados pela legislação sanitária vigente (Anvisa), seguros para consumo humano. Deve apresentar coloração intensa, homogênea e estável, sem odor ou sabor indesejado, e livre de contaminantes. (Catmat 440566).</p>	<b>UN</b>	25		8,80	
6.	<b>PÃO DE FORMA - 1500639</b>	<b>PCT</b>	70		8,03	



	<p>Pão de forma – pacote padrão (aprox. 500 g) – tipo integral ou branco</p> <p>Produto de panificação industrializado, elaborado com farinha de trigo, água, fermento biológico, sal, açúcar e gordura, podendo conter conservantes e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar massa macia, textura homogênea, sabor característico e ausência de sinais de ressecamento, mofo ou deterioração. (Catmat 620868).</p>					
7.	<p><b>ACHOCOLATADO - 1500170</b></p> <p>Achocolatado líquido – 200 ml – tipo pronto para consumo</p> <p>Bebida à base de leite integral, leite desnatado ou bebida láctea, açúcar, cacau e aditivos permitidos pela legislação sanitária vigente, podendo conter vitaminas e minerais adicionados. Deve apresentar sabor e aroma característicos, textura homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 484189)</p>	<b>CX</b>	300		7,60	
8.	<p><b>PAÇOCA - 1494005</b></p> <p>Paçoca – 500 g – tipo tradicional ou similar</p> <p>Produto alimentício à base</p>	<b>KG</b>	15		32,40	



	de amendoim, açúcar e sal, podendo conter aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar sabor característico, textura firme e homogênea, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração. (Catmat 477858)					
9.	<p><b>DOCE DE AMENDOIM CX C/50 - 1494023</b></p> <p>Doce de amendoim – caixa com 50 unidades</p> <p>Produto alimentício à base de amendoim torrado, açúcar e/ou xarope de glicose, podendo conter conservantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente.</p> <p>Deve apresentar sabor característico, textura firme, coloração uniforme e ausência de sinais de deterioração.</p> <p>Acondicionado individualmente, com embalagem íntegra e lacrada, acondicionado em caixa com 50 unidades. (Catmat 462652)</p>	<b>CX</b>	15		30,50	
10.	<p><b>PANETONE - 1493971</b></p> <p>Panetone individual – 100g – tradicional ou similar</p> <p>Produto de panificação industrializado, com massa macia e sabor característico, elaborado com farinha de trigo, ovos, leite, açúcar,</p>	<b>UN</b>	120		17,90	



	gordura, frutas cristalizadas e/ou gotas de chocolate, fermento e aromatizantes permitidos. Acondicionado individualmente em embalagem íntegra e lacrada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade, ingredientes e registro no órgão competente. (Catmat 610525)					
11.	<b>BALA SORTIDA - 1494003</b>  Bala sortida - 400gr. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física (Catmat 474370)	<b>KG</b>	15		13,92	
12.	<b>PIRULITO - 1493982</b>  Pirulito c/50. Produto alimentício à base de açúcar, glicose e/ou xarope de glicose, adicionado de corantes e aromatizantes permitidos pela legislação sanitária vigente. Deve apresentar formato e coloração variados, sabor característico, textura sólida e homogênea, sem sinais de umidade, derretimento ou alteração física. (Catmat 483634)	<b>KG</b>	15		14,00	
13.	<b>MASSA PARA PASTEL -</b>	<b>KG</b>	20		12,20	



	<b>1493761</b>  Massa para pastel em disco grande, em embalagem com aproximadamente 500g, sendo embaladas individualmente. Resfriada 4°C. Embalagem: filme pcv transparente ou plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e o sig ou sie do ministério de agricultura.(catmat: 427816)					
14.	<b>LEITE EM PO - 1503704</b>  Leite em po, integral, instantâneo, acondicionado em embalagem original com mínimo de 400g. Catmat 459637	<b>KG</b>	15		19,90	
15.	<b>SALSICHÃO - 1478501</b>  Salsichão a granel. Produto cárneo industrializado, tipo salsichão/hot dog, elaborado a partir de carnes mecanicamente separadas de aves e/ou suínos, adicionado de condimentos, proteínas, estabilizantes e conservantes permitidos pela legislação vigente. (Catmat 615352)	<b>KG</b>	30		18,52	
16.	<b>MILHO VERDE - 1493850</b>  Milho verde em espiga Catmat 462832	<b>UN</b>	300		4,75	
17.	<b>AÇUCAR REFINADO PCT DE 1 KG- 1493753</b>  Açúcar refinado, com sacarose mínima de 98,5%, acondicionado em pacote de	<b>KG</b>	1803		6,51	



	1 kg. Deve constar da embalagem ou no laudo a seguinte inscrição: "açúcar refinado". Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses; (catmat: 463996)					
18.	<b>ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GR- 1493912</b>  Achocolatado em pó, solúvel, combinado com vitaminas e nutrientes, cálcio, ferro, vitaminas a c, d e vitaminas do complexo b, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 484189)	UN	156		10,66	
19.	<b>ADOÇANTE LÍQUIDO 200 ML-1502773</b>  100% stevia, liquido, frasco com bico dosador, prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 625668)	UN	147		13,45	
20.	<b>BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE 400GR-1493506</b>  Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor leite, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g,	UN	1250		6,89	



	contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:402544)					
21.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE 400GR- 1493493  Biscoito doce em formato de rosquinha, sabor chocolate, acondicionado em embalagem de aproximadamente 400g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 460241)	PCT	800		7,02	
22.	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÍNIMO 20G PACOTE COM NO MÍNIMO 144 GRAMAS- 1502125  Biscoito salgado sabores: presunto, queijo, original, dois queijos. Embalagem porcionada com 6 pacotes internos de 25g cada. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 390172)	UN	3576		14,96	
23.	BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR CHOCOLATE 300G- 1502775  Bolo sabor chocolate embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6	UN	718		9,42	



	meses a partir da data de entrega. (catmat: 465634)					
24.	<p>BOLO INDUSTRIALIZADO SABOR LARANJA 300G- 1502776</p> <p>Bolo sabor laraja embalado, com 300 gr. Com data de fabricação, validade e informação nutricional. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 610529)</p>	UN	778		8,10	
25.	<p>LEITE NATURAL (CAIXA CARTONADA DE 1L)- 1493927</p> <p>Leite de vaca, sem adulterações, integral, com mínimo de 3% de gordura ou teor original, líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida uht/ uat (ultra alta temperatura), em caixa cartonada, de 1 litro, validade até 4 meses. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção. (catmat: 617147)</p>	L	150		5,31	
26.	<p>MARGARINA POTE DE 500G- 1500174</p> <p>Margarina com sal, com no mínimo de 65% de lipídios, acondicionada em</p>	PT	404		9,65	



	embalagem de aproximadamente 500g, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat:463705)					
27.	<p>CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ TRADICIONAL PACOTE 500G- 1502131</p> <p>Café em pó homogêneo, torrado e moído, tipo superior, sabor predominantemente arábico, com, no máximo, 20% de grãos tipo conilon/robusta.</p> <p>Embalagem: pacotes de 500g, tipo vácuo, contendo na embalagem a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento.</p> <p>Características químicas (exigidas para cada 100g): umidade máxima 5,0%, resíduo mineral fixo máximo 5,0%, resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% máximo 1,0%, cafeína mínimo 0,7%, extrato aquoso mínimo 25,0%, extrato etéreo mínimo 8,0%, características sensoriais: aroma característico do produto, acidez baixa a moderada, amargor moderado, sabor característico e equilibrado, livre de sabor fermentado, mofado e de terra,</p>	UN	849		39,54	



	adstringência baixa, corpo razoavelmente encorpado. Acondicionado em embalagem a vácuo puro, 500g. (catmat: 463593)					
28.	<p>SUCO DE CAJU CONCENTRADO 500ML- 1500211</p> <p>Suco integral de caju, água, suco concentrado de caju, acidulante: ácido cítrico, aroma idêntico ao natural, estabilizantes: goma xantana e celulose microcristalina e conservadores: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464758)</p>	FR	659		5,75	
29.	<p>SUCO DE MARACUJÁ NATURAL, INTEGRAL, EMBALAGEM 500ML- 1493481</p> <p>Suco concentrado de maracujá, sem glúten e sem adição de açúcar, acondicionado em embalagem de aproximadamente 500ml, contendo informações completas do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. (catmat: 464751)</p>	UN	753		13,47	